

FORMAÇÃO TERRITORIAL E POVOAMENTO DE POUSO ALEGRE (MG) NO PERÍODO DO MEIO NATURAL

Leandro Henrique Cunha Fermino ¹
Gil Carlos Silveira Porto ²

RESUMO

Esta pesquisa, que é fruto de um Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), aborda o desenvolvimento territorial e populacional de Pouso Alegre entre 1747 e 1831. Utilizou-se de fontes como livros, teses, dissertações, sites e artigos para reconstruir a geografia e história do Brasil, Minas Gerais, Rio das Mortes e da região estudada. Os resultados mostram que o povoamento de Pouso Alegre foi influenciado pela expansão do Brasil, e eventos como: a exploração de jazidas auríferas em Minas Gerais, a chegada da corte portuguesa (1808), a elevação do Brasil a reino (1815) e a independência (1822), impactando o território e sua população. Conclui-se que a formação de Pouso Alegre reflete os processos políticos e econômicos da sociedade brasileira, sendo advindo da colonização potencializada com os bandeirantes no final do século XVII.

Palavras-chave: Geografia Histórica; Formação socioespacial; Capitania de Minas Gerais; Comarca do Rio das Mortes; Arraial do Bom Jesus de Matozinho do Mandu.

RESUMEN

Esta investigación, resultado de un Trabajo de Finalización de Curso (TCC), aborda el desarrollo territorial y poblacional de Pouso Alegre entre 1747 y 1831. Se utilizaron fuentes como libros, tesis, disertaciones, sitios web y artículos para reconstruir la geografía y la historia de Brasil, Minas Gerais, Rio das Mortes y la región estudiada. Los resultados muestran que el asentamiento de Pouso Alegre estuvo influenciado por la expansión de Brasil, y eventos como: la exploración de yacimientos de oro en Minas Gerais, la llegada de la corte portuguesa (1808), la elevación de Brasil a reino (1815) y la independencia (1822), impactando al territorio y a su población. Se concluye que la formación de Pouso Alegre refleja los procesos políticos y económicos de la sociedad brasileña, resultantes de la colonización potenciada por los bandeirantes a finales del siglo XVII.

Palabras clave: Geografía Histórica; Formación socioespacial; Capitania de Minas Gerais; Distrito de Rio das Mortes; Arraial do Bom Jesus de Matozinho do Mandu.

INTRODUÇÃO

¹Bacharel, licenciando e mestrando no Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Alfenas, leandro.fermino@sou.unifal-mg.edu.br;

²Orientador: Doutor em Geografia e docente do curso de graduação e pós-graduação em Geografia da Universidade Federal de Alfenas, gil.porto@unifal-mg.edu.br.



Uma das possibilidades de estudo no campo da geografia histórica é aquela que, a partir do tempo presente, busca-se reconstituir dimensões socioespaciais de fenômenos do passado, embora, conforme aludido por Abreu (2000), trabalhos construídos numa perspectiva pretérita não necessariamente precisam chegar ao tempo presente.

O escrito em pauta é parte de resultados iniciais de pesquisa em desenvolvimento que procura recompor a formação populacional do município de Pouso Alegre (MG) e sua relação com eventos econômicos e políticos ocorridos no Brasil, em Minas Gerais e na escala local desde o surgimento do núcleo urbano no século XVIII.

Pouso Alegre localiza-se na mesorregião do sul/sudoeste do estado, conforme a figura 1 demonstra. Possui um PIB per capita de R \$58.312,84, sua área total estimada é de 542,797 km². Já o seu montante populacional totaliza cerca de 154.293 habitantes, constituindo um índice de desenvolvimento humano de 0,744. É na atualidade o segundo município mais populoso do sul de Minas. Historicamente, entre as vertentes nas quais se ancora a construção socioespacial brasileira, a dinâmica populacional (natalidade, migração e mortalidade) têm destacado peso. Esta foi impulsionada por eventos políticos e econômicos, para se desenvolver nacionalmente e localmente. A colonização iniciada por Portugal no século XVI é o que marca o início de um intenso processo de povoamento (PRADO JUNIOR, 2004; COSTA; SCARLATO, 2009; MATOS 2011).

Figura 1. Mapa de localização do município de Pouso Alegre.



O município de Pouso Alegre foi escolhido como objeto de estudo em função de sua importância regional e pela falta de pesquisas em geografia histórica que discuta o processo de povoamento dessa unidade municipal, considerando eventos locais em dialética com eventos globais durante o período do *meio natural*, fração temporal que integra a periodização proposta por Santos e Silveira (2003). Por isso, o objetivo central desta pesquisa foi analisar o processo de conglomeração e constituição territorial no período entre 1747 e 1831.

METODOLOGIA

Para a construção desta pesquisa tem se consultado teses de doutorados, dissertações de mestrado, artigos e sites, fazendo uma recomposição do processo de povoamento da unidade territorial de Pouso Alegre, da Comarca do Rio das Mortes, da capitania de Minas Gerais e do Brasil. Já no caso da escolha da periodização como parte da metodologia, deu-se pela necessidade de analisar a formação e a incorporação das técnicas ao uso do território no período de 1747 e 1831.

Conforme já demonstraram Vasconcelos (2009) e Wiener (2012), a periodização constitui recurso de peso e didático no campo das pesquisas em geografia histórica. Neste estudo tomamos como periodização balizadora da investigação a que foi proposta por Santos e Silveira (2003), para os quais a organização do território brasileiro foi marcada pelos períodos do *meio natural*, dos *meios técnicos* e do *meio técnico-científico-informacional*. Essa periodização foi baseada, sobretudo, no papel das técnicas, onde o primeiro período, que é o enfoque desta pesquisa, caracteriza-se pela natureza comandando as ações humanas.

REFERENCIAL TEÓRICO

A questão do tempo sempre foi algo que repercutiu bastante na geografia, para Erthal (2003) este campo de pesquisa se preocupa com a dimensão espacial da sociedade, que é dinâmica, e está ligada com os fenômenos sociais, que é temporal, desta maneira, a geografia se debruça sobre os aspectos que estão em movimento, e não se congelam. Portanto, ponderado a partir de Abreu (2000) *apud* Erthal, a diferenciação entre geografia e ciências sociais está na compreensão da dimensão do real da sociedade.

Se a geografia se coloca como um campo de conhecimento preocupado com a dimensão espacial da sociedade, não se pode esquecer que os fenômenos sociais são, também, temporais. Tempo e espaço, fenômenos inter-relacionados e que ocorrem de modo simultâneo, são tomados pela filosofia e pela ciência como categorias universais e históricas, respectivamente. Portanto, estas categorias não são

prisioneiras desta ou daquela ciência e podem, conseqüentemente, ser apreendidas por todas. Desse modo, no entender de Abreu (2000: 15) as distinções entre a geografia e as ciências sociais são "exatamente as questões que (a geografia) coloca para o entendimento desse real da sociedade. E essas questões não podem ser apenas as do presente" (p. 30).

Nesse sentido, é preciso entender um movimento geográfico que parte de uma ciência que considera o tempo e o espaço, que diferente das ciências sociais, consegue atrelar a dimensão temporal, espacial e social da realidade. Erthal (2003) pontua que é a geografia histórica que se debruça sobre as dimensões citadas anteriormente. Portanto, a construção desta área se pondera por estes pontos.

Neste sentido, papel fundamental deve ser dado à chamada geografia histórica que, inclusive, além de se preocupar em recuperar as espacialidades pretéritas que marcam as espacialidades atuais, busca metodologias apropriadas e esforça-se em refletir a categoria tempo, a fim de fornecer subsídios à abordagem espacial e temporal. O próprio Carl Ritter já recomendava, em termos metodológicos, uma extensa pesquisa bibliográfica do passado a fim de melhor entender a região (p. 30).

Diante desta definição, é importante reiterar, que a geografia histórica constitui papel significativo na discussão e no debruçamento de metodologias que se esforçam em entender a categoria tempo, tanto na perspectiva específica do passado, quanto na interpretação de especificidades atuais. Corrêa (2016) diz que a geografia estuda o tempo no espaço.

A antiga divisão entre Geografia estudando o presente e História do passado foi desqualificada por Marc Bloch, conforme aponta Barros (2005). Pode-se afirmar que a História estuda a ação humana no tempo e a Geografia no espaço: a primeira pode, assim, estudar o tempo presente e a segunda o espaço no passado (p 1).

É preciso considerar que o espaço geográfico ao longo da sua sistematização enquanto objeto de estudo da geografia foi minimizado em sua interação com a sociedade. As configurações atuais do mundo historicamente fazem com que se compreenda que essa afirmação é real, tendo em vista essa complexa relação, onde o espaço geográfico não é um simples teatro das ações humanas (SANTOS, 1977).

Com esta dimensão da importância do estudo do tempo para a geografia e a consideração do seu principal objeto, aborda-se o conceito/categoria de formação socioespacial, que é atemporal, perpassa os tempos, pois entre a dialética global/local este conceito está como reflexo e condição de eventos.

O desenvolvimento conceitual frente a formação socioespacial perpassa por outros pesquisadores, como Marx e Lênin, que são da sociologia e idealizam operacionalmente a Formação Econômica Social de outro modo, pois não consideram o objeto de estudo da ciência geográfica. Entretanto, ao trazer para a geografia, Santos (1977), em sua abordagem se considerará o espaço, que é o principal objeto de estudo da ciência geográfica.

Não é à “sociedade em geral” que o conceito de F.E.S. se refere, mas a uma sociedade dada, como Lênin (1897) fez a respeito do capitalismo na Rússia . Y. Goblot assinala (junho, 1967:8) que “ Marx pôde fundamentar o método científico em História precisamente porque soube isolar de início os raciocínios ‘histórico-filosóficos’ sobre a ‘sociedade em geral’ e se propôs a dar somente uma análise científica de uma sociedade e de um progresso” . Para Lênin seu estudo deveria cobrir de maneira “ concreta” “ todas as formas do antagonismo econômico na Rússia” e “ traçar um quadro de conjunto da nossa realidade como um sistema determinado de relações de produção” (p. 84).

Com esta colocação, é nítido que a aplicação da categoria/conceito de F. E. S. consiste em ser particular de uma formação em escala nacional, pois os países possuem momentos históricos diversos. Dessa maneira, a Formação Econômica Social será utilizada para compreender períodos históricos de um dado país. Conforme descreve Santos (1977):

O interesse dos estudos sobre as formações econômicas e sociais está na possibilidade que eles oferecem de permitir o conhecimento de uma sociedade na sua totalidade e nas suas frações, mas sempre um conhecimento específico, apreendido num dado momento de sua evolução (p.84).

A entrada da técnica nas Formações Socioespaciais consiste em ser um movimento que na prática não é igualitário, haja vista que a mundialização das técnicas, da tecnologia que sustenta o sistema capitalista, são adentradas conforme o interesse deste capital. Com isso, é a partir deste desejo que o território já consolidado passará por atribuições de um movimento mundial, que por si se impõe mudanças nas utilizações territoriais existentes dos fragmentos concretizados, sendo chamado por Santos (1977) de “as determinações sociais” .

Pensar-se em técnica é primordial para este estudo, haja visto que é a partir da periodização que se fragmenta o uso do território, que para Santos e Silveira (2003) pode ser considerado enquanto sinônimo de espaço geográfico.

O que interessa discutir é, então, o território usado, sinônimo de espaço geográfico. E essa categoria, território usado, aponta para a necessidade de um esforço destinado a analisar sistematicamente a constituição do território. Como se trata de uma resposta totalmente empirizável, segue daí o enriquecimento da teoria (p.20)

Por isso, ao periodizar é primordial que se aprofunde nas variáveis que cercam a formação socioespacial, territorial e a utilização do território dentro de um período. Para Santos e Silveira (2003), esta divisão temporal facilita o processo de pesquisa dentro do território usado nas diferentes escalas, desde a local indo até a nacional, tendo em vista que as questões que integram estes movimentos perpassam por momentos sensíveis que necessitam de uma investigação mais a fundo sobre determinados eventos que se opõem sobre a construção do uso. Por isso, os autores vão definir a periodização considerando quatro momentos: meio natural, meio técnico, meio-técnico-científico, meio-técnico-científico-informacional.

Meio natural, de acordo com Santos e Silveira (2003) é como todos os outros meios. Porém, nele não se tem um enriquecimento das técnicas, as mesmas são muito empobrecidas e vulneráveis. Nesse período, por mais de toda a acomodação humana, a natureza indiretamente ou/e diretamente comandava as ações dos indivíduos. Já o meio técnico é formado pelo aprofundamento das ações humanas sobre a natureza, assim, a dinamicidade entre os lugares começa a se intensificar para desenvolver a formação de um conglomerado populacional. As técnicas nesse processo consistem em contemplar as necessidades desenvolvimentistas locais e mundiais.

Meio técnico científico e meio técnico científico informacional, colaboram como um dos principais momentos desenvolvimentistas para o Brasil. Para aprofundar sobre estes períodos é necessário compreender os eventos globais que o moldaram e o inseriram junto da socioespacialidade brasileira. Pensar nestes períodos como único, após a evolução da ciência representa uma falha de análise, já que a mesma foi contribuinte para a ida das técnicas e dos descobrimentos científicos para o mundo, porém, reitera-se que por mais que seja global, a incorporação dentro de uma socioespacialidade se dará de acordo com os fatores internos. De acordo com Santos e Silveira (2003), a técnica não só é incorporada localmente, mas também mundialmente, em razão de se ter elementos polarizadores, como a utilização das rodovias.

A chegada do meio técnico científico informacional em um país não se distribui de forma igualitária, como é o caso do Brasil, que segundo Santos e Silveira (2003) se divide regionalmente em quatro, sendo: Amazônia, Centro-Oeste, Concentrada e Nordeste.

Dentro deste desenvolvimento técnico é importante considerar a população que vai sendo moldada conforme as mudanças de um momento para o outro, e consiste em ser a principal contribuinte para o processo de formação territorial. É a partir do nascimento, da migração e da mortalidade que os povoamentos vão se configurando na formação socioespacial brasileira. Para Damiani (1991) é a partir dessas variações da análise são moldadas,

Variações sutis, como dados sobre mortalidade diferencial - segundo a idade e a camada social ou profissional; mortalidade infantil; migrações internacionais e internas, permanentes e temporárias, etc. Tal detalhamento pode revelar mais profundamente os fenômenos considerados, esclarecer diferenciações sociais de sua incidência ou destacar suas variações em diferentes momentos. Por exemplo, o momento de predominância das migrações internacionais e aquele das migrações internas. (p. 28)

A análise frente a dinâmica populacional não se aproxima a um momento específico da história, mas sim a um conjunto de fatores que proporcionam tal fluxo, tal queda e tal

estabilidade, desta maneira focar em uma década específica empobrece a linha de interpretação (DAMIANI, 1991).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Inicialmente a formação territorial colonial junto das instalações de pessoas se darão por toda a faixa litorânea da colônia. Com isso, a população consiste em se conglomerar pelas capitâneas de Maranhão (lote 1 e lote 2), de Ceará, de Rio Grande, de Itamaracá, de Pernambuco, da Baía de Todos os Santos, de Ilhéus, de Porto Seguro, de Espírito Santo, de São Tomé, de São Vicente, de Santo Amaro e de Santana, conforme era organização política administrativa do Brasil naquele momento (COSTA; SCARLATO, 2009).

Para Freyre (2006) o Brasil passou por momentos organizacionais complexos em seu processo de construção econômica social, onde inicialmente foi mercantil e depois passou para o agrícola.

Quando em 1532 se organizou econômica e civilmente a sociedade brasileira, já foi depois de um século inteiro de contato dos portugueses com os trópicos; de demonstrada na Índia e na África sua aptidão para a vida tropical. Mudado em São Vicente e em Pernambuco o rumo da colonização portuguesa do fácil mercantil, para o agrícola; organizada a sociedade colonial sobre base mais sólidas e em condições mais estáveis que na Índia ou nas feitorias africanas, no Brasil é que se realizaria a prova definitiva daquela aptidão. A base, a agricultura; as condições, a estabilidade patriarcal da família, a regularidade do trabalho por meio da escravidão, a união do português com a mulher Índia, incorporada assim a cultura econômica e social do invasor (p. 65).

Sob essa perspectiva, conclui-se que, a dimensão da concentração populacional sobre território colonial foi impulsionada por estes momentos econômicos. Sendo assim, o processo de construção das cidades e Vilas foi motivado por estes movimentos, ocasionando na instauração demográfica em um determinado local. “De acordo com Milton Santos (1994), em sua obra “A Urbanização Brasileira”, o Brasil no século XVI, possuía cerca de 18 vilas, como o quadro 1 demonstra, estando no Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Sergipe, Bahia, Espírito Santo, Rio de Janeiro e São Paulo” (COSTA; SCARLATO, 2009).



Quadro 1. Representa a quantidade de Vilas criadas no Brasil no século XVI.

Capitanias	Quantidades
São Paulo	6
Bahia	4
Espírito Santo	2
Pernambuco	2
Rio de Janeiro	1
Rio Grande do Norte	1
Paraíba	1
Sergipe	1

FONTE: Reis Filho, 1968, apud, Santos, 1994, apud Costa; 2009. Org: autor, 2022.

São Paulo era a que continha o maior número de vilas naquele momento, tendo 6, seguido da Bahia com 4, Espírito Santo e Pernambuco possuindo 2, e os outros com uma vila. No século XVII foram criadas mais 36 vilas, conforme aborda o quadro 2, sendo algumas acrescentadas as suas capitanias e outras criadas junto a elas. Porém, mesmo com a criação de outras vilas e cidades, as que constituirão uma maior densidade demográfica de 1500 a 1650 (150 anos) serão Salvador, Recife e Rio de Janeiro (MATOS, 2011).

Quadro 2. Representa a quantidade de Vilas criadas no Brasil no século XVII.

Capitanias	Quantidades
São Paulo	+10
Bahia	+5
Espírito Santo	+1
Pernambuco	+1
Rio de Janeiro	+6
Sergipe	+2
Para	4
Maranhão	2
Alagoas	3
Paraná	2
Santa Catarina	1



Como o quadro 2 demonstra, a capitania que mais teve um crescimento de vilas foi a de São Paulo, e que também teve a formação de outras, como a do Pará, Maranhão, Alagoas, Paraná e Santa Catarina. No início do século XVIII foram formadas novas vilas, como o quadro 3 mostra.

Quadro 3. Quantidade de Vilas criadas no Brasil até 1720.

Capitanias	Quantidades
Minas Gerais	8
São Paulo	+1
Bahia	+1
Pernambuco	+1
Maranhão	+1
Santa Catarina	+1
Piauí	1
Ceará	1

FONTE: Reis Filho, 1968, apud, Santos, 1994, apud Costa; 2009. Org: autor, 2022

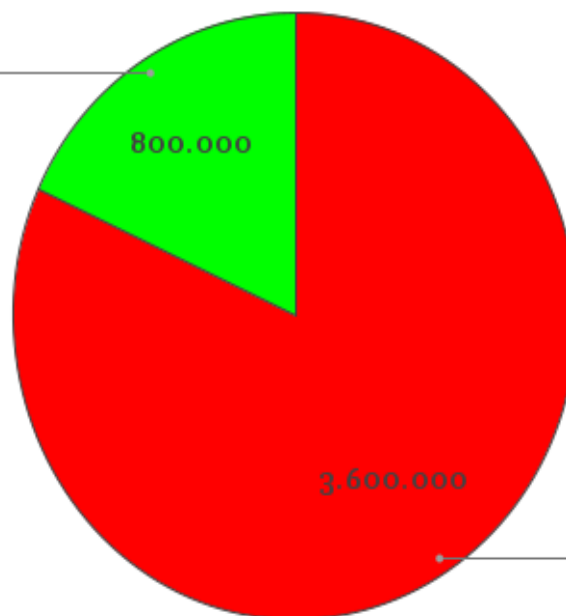
Interpretando os três quadros que demonstram a criação de vilas e cidades no Brasil do século XVI a 1720, percebe-se que São Paulo, com 17, foi a que mais cresceu nesta vertente apontada, mas mesmo assim foi um baixo número, e isso está ancorado na conjuntura espacial, pois o Brasil era um país que possuía grande parte de seu povo morando no espaço rural. Em cada século houve o processo colonial de formação territorial dentro de capitanias, por isso, é importante reiterar que as províncias que mais cresceram ao longo do tempo foram impulsionadas por eventos/acontecimentos econômicos, como a criação de gado e a exploração do ouro (LEAL, 2022).

A população no final do século XVIII girava ao entorno de 4.400.000 (quatro milhões e quatrocentos mil) de pessoas, sendo incluído nos dados cerca de 800.000 índios não domesticado, ou seja, que viviam junto de seus povos, usando o território de um modo distinto dos colonizadores. Os indígenas representavam cerca de 18,18% da população total do Brasil, conforme o gráfico 1 representa.

Gráfico 1. A população brasileira no final do século XVIII.

A população brasileira em 1797/1798

Povos nativos
18,2%



Colonizadores
81,8%

FONTE: Prado Junior, 2004. Org: autor

Em paralelo ao balanço populacional de Prado Júnior (2004), traz-se na tabela 1 o número populacional do Brasil que foi contabilizado por viajantes que vieram ao Brasil no período entre 1776 e 1830.



Tabela 1. População total do Brasil no período entre 1776 e 1810

Ano	Autoridades	População total
1776	Abade Corrêa da Serra	1.900.000
1808	D. Rodrigo de Souza Coutinho	4.000.000
1810	Alexandre Humboldt	4.000.000
1815	Conselheiro Velloso de Oliveira	2 860 525
1817	Henry Hill	3 300 000
1819	Conselheiro Velloso de Oliveira	4 395 132
1825	Casado Giraldes	5 000 000
1827	Rugendas	3 758 000
1829	Adriano Balbi	2 617 900
1830	Malte – Brun	5 340 000

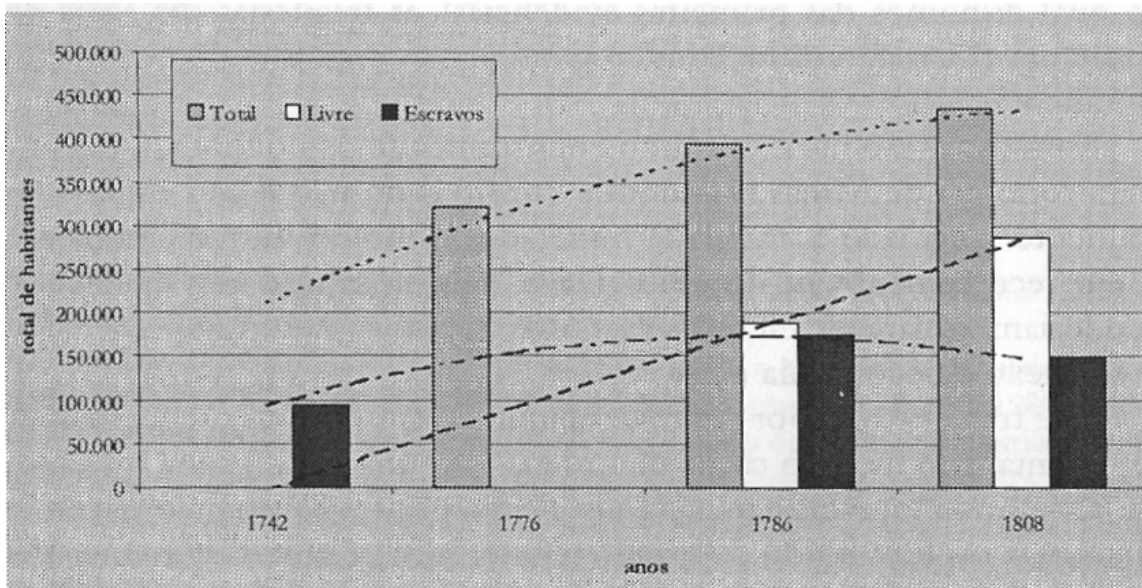
FONTE: IBGE, s/d.

De acordo com o Abade Correia da Serra, o Brasil em 1776 possuía 1.900.000 pessoas. Para D. Rodrigo de Souza Coutinho, em 1808, com a vinda da corte portuguesa, a população brasileira consistia em ser 4.000.000. Já para o Malte-Brun, no ano de 1830 a população total era de 5.340.000 pessoas. De 1815 a 1830 os dados populacionais irão se alterar bastante, tendo queda, conforme demonstra o balanço de 1815, 1824 e 1829. De 1776 a 1830 a população cresceu em 3.440.000 pessoas.

As configurações socioespaciais do processo de povoamento do Brasil refletem e condicionam a capitania de Minas Gerais. No decorrer do século XVIII houve a criação de 15 vilas, como a Vila do Ribeirão do Carmo, a Vila Real de Sabará, a Vila Rica, a Vila da Rainha, a Vila de N. S^a da Piedade de Pitangui, a Vila de São João del Rei, a Vila do Príncipe, Vila de Minas Novas, a Vila de São José del Rei, a Vila de Barbacena, a Vila da Campanha da Princesa da Beira, a Vila de Paracatu do Príncipe, a Vila de S. Bento do Tamanduá e a Vila de Queluz

Populacionalmente, segundo Carrara (2007) em 1740 a capitania possuía aproximadamente 100.000 escravos e em 1808 quase 450.000 57 pessoas, sendo quase 300.000 mil livres e quase 150.000 escravos, como a figura 2 demonstra.

Figura 2. População total, livre e escrava de Minas Gerais no séc. XVII e XVIII



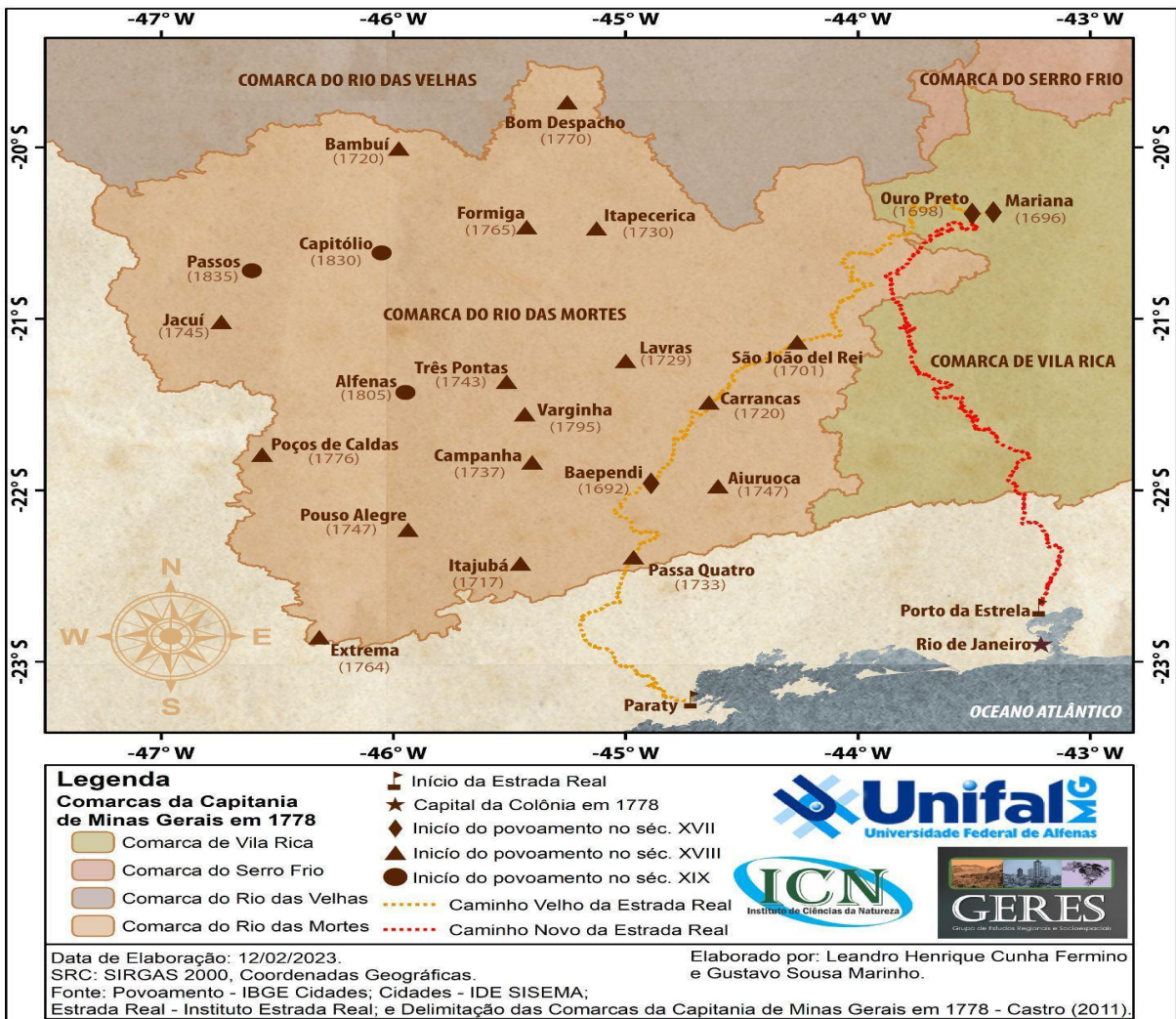
FONTE: Carrara, 2007.

No caso de 1776 eram aproximadamente 350.000 pessoas residentes em Minas Gerais. Já em 1786 havia quase 400.000 habitantes, em que 200.000 representavam os livres e 200.000 os escravos. Analisando o gráfico, percebe-se um salto de quase 100.000 na população total de 1776 a 1808. No período de 1786 a 1808 (22 anos) o número de escravos caiu 20.000 habitantes, enquanto a população livre aumentou em quase 100.000 pessoas.

No sentido da formação socioespacial brasileira do final do século XVII e no século XIX, a constituição territorial e populacional da Comarca do rio das Mortes consiste em ser proporcionada a partir de eventos políticos e econômicos que ocorrem no Brasil e na capitania de Minas Gerais, como o processo de interiorização colonial cravada pelos bandeirantes e a exploração de jazidas de ouro (LEAL, 2022; CARVALHO, 2015). Conforme a figura 3 ilustra, o processo de constituição territorial desta região foi por isso motivada.



Figura 3. Mapa do início do povoamento da comarca do Rio das Mortes.



Com relação ao número populacional, o site histórico da Universidade Federal de São João del Rei, pondera que o número de pessoas residentes na comarca em 1776 era de 82.781 pessoas e no ano de 1808 consistia em ser de 154.869 pessoas, conforme a tabela 3 demonstra.

Tabela 2. População total da Comarca do Rio das Mortes entre 1776 e 1808.

1776	82.781
1808	154.869

FONTE: Arquivo histórico da UFSJ, sem data. Org: autor, 2023.

Já Pouso Alegre, o rio do Sapucaí é o que leva os bandeirantes para ali e para arraiais vizinhos, como o Arraial de Santana do Sapucaí e o Arraial São Francisco de Paula (ANDRADE, 2014; ANDRADE E VALE, 2013 e VALE 2018; 2019). A elevação do arraial em Pouso Alegre, ou seja, a datação de seu povoamento colonial, é iniciada a partir de 1747 com a exploração de jazidas auríferas nas unidades territoriais vizinhas. Frejat (1959), pondera que os nomes do município foram sendo modificados conforme seu contexto histórico, onde inicialmente se denomina num primeiro momento de “Arraial do Bom Jesus de Matosinho do Mandu” e posteriormente de “Freguesia do Senhor Bom Jesus de Pouso Alegre”. Para ele, estes batismos iniciais teriam sido influenciados por um viajante.

Alguns autores explicam que o batismo da localidade se derivou da corruptela do nome de um pescador, querem uns, de um tropeiro, querem outros, que se chamaria Manoel e que atenderia pela alcunha ora de Manduca, ora de Mandu, o qual teria sido o primeiro povoador da região (p. 416).

Desta maneira, percebe-se que a unidade territorial de Arraial do Bom Jesus de Matosinho de Mandu (Pouso Alegre), obteve um nome de acordo com cada momento da sua história. Essas mudanças em sua nomenclatura se dão como reflexo dos momentos políticos da capitania de Minas Gerais e dos eventos econômicos que modificaram toda a estrutura administrativa. Por isso, é importante retratar essas mudanças em seu nome, pois retrata a condicionalidade de seu processo de formação territorial.

No primeiro momento, o município serviu como pouso para os bandeirantes em suas expedições colonizadoras no rio Sapucaí. Com a instalação de João da Silva ao lado do rio Mandu, que marca o início da formação territorial colonial de Pouso Alegre registrada, entretanto na própria carta de sesmaria lista que foi adquirida de Antônio de Araújo Lobato e Félix Francisco (ANDRADE, 2014; VALE, 2018).

A luta para elevação do pequeno povoado por seu povo a freguesia a partir de 1805 é o que marca a instauração de um outro nome, desta vez denominando Freguesia do Senhor Bom Jesus dos Mártires do Pouso Alegre, em 1811.

Andrade e Vale (2013) vão dizer que a formação territorial de Pouso Alegre se deu por ser,

Uma região que acolhia muitos aventureiros desbravadores de terras no sul de Minas Gerais. Porém, a formação do povoado se deu apenas por volta de 1747, quando os primeiros habitantes ali se estabeleceram. Com o lento crescimento da população e o desenvolvimento do pequeno povoado pela significativa influência política do Senador imperial Cônego José Bento Ferreira de Melo, em 1831, elevou-se a categoria de Vila. Alguns anos mais tarde, em 1848, a vila foi elevada à categoria de cidade, pertencendo fortemente os traços do rural (p.15).

A partir da constatação feita pelos autores citados anteriormente, conclui-se que num primeiro momento a unidade territorial servia como acolhida dos aventureiros desbravadores de terras na comarca do Rio das Mortes, no início do século XVIII, já sua elevação enquanto Vila se deu em 1831 por conta da influência política do Senador imperial de Cônego José Bento Ferreira de Melo.

O senador do Império José Bento, nasceu na cidade de Campanha em 6 de janeiro de 1785, era filho do Capitão José Joaquim Leite Ferreira e da Dona Escolástica Brandina de Melo. Mudou para São Paulo para se dedicar aos estudos da vida sacerdotal, ordenando-se padre em 1809, vindo morar na Freguesia do Senhor Bom Jesus do Mártires de Pouso Alegre em 1811, onde foi nomeado vigário (IHGMG, sem data).

Como é possível caracterizar este momento sem uma descrição precisa de dados populacionais neste período da unidade territorial? A delimitação dos eventos políticos deste momento demonstra um determinismo da natureza sobre o uso do território, em que há uma necessidade de migrar para resolver as ocorrências do dia a dia na Vila de Campanha da Princesa, e plantar para a subsistência, demonstrando que as ações do homem ainda estão sendo ditadas pela natureza, sem o domínio da técnica.

Elevar-se de Arraial a Freguesia e a Vila não consiste em ser o processo de ruptura entre o fim do meio natural e o início do meio técnico, tendo em vista que a Freguesia representa a criação de uma paróquia e o outro momento uma emancipação política de Campanha.

Porém, isto não impede que estes eventos sejam reflexos do Brasil e impulse a fixação da técnica em outras Vilas. Eventos como, a vinda da corte para o Brasil, a elevação do Brasil ao reino e a independência do Brasil, possui impactos diretos sobre todo o território usado (SANTOS; SILVEIRA, 2003).

Dessa maneira, foi possível observar que o meio natural é ocorrido em momentos diferentes no Brasil, em Minas Gerais, na comarca do Rio das Mortes e na unidade territorial. A caracterização deste período na colônia se deu no séc. XVI e antes dele, já na capitania no final do séc. XVII e em sua parte sul no início do séc. XVIII.

O território usado neste momento se dava de uma outra maneira, haja visto que os sistemas de objetos e sistemas de ações tinham composição e características diferentes, quando comparado com a atualidade. Segundo Andrade (2014), o início do povoamento é marcado por,

Hospedagem de viajantes, a produção de gêneros alimentícios, e um pequeno comércio, a população local apresentou certo crescimento, fato que motivou o interesse dos moradores em construir uma capela no arraial. O que se consolidou na passagem para o século XIX, com a implantação da capela do “Senhor Bom Jesus do Mandu”. A simplória edificação, localizada a poucos metros da igreja matriz atual, ficava a uma distância inferior a um quilômetro do leito do rio Mandu, a meia encosta, e devido a isto estava protegida das constantes inundações dos meses mais chuvosos do verão (p.55 e 56).

Com relação ao desenvolvimento populacional inicial, Andrade (2014) aponta que o que foi fundamental para a instalação de pessoas era os fatores naturais, como o baixo curso do rio Mandu.

As características naturais foram fundamentais para a formação do povoado às margens do baixo curso do rio Mandu, próximo à confluência com o Sapucaí Mirim, que a poucos quilômetros a jusante deságua no rio Sapucaí. Ao norte e a oeste do povoado, se fazem presentes montanhas e serras que chegam a atingir altitudes superiores a 1000 metros, porém ao sul e a leste há a presença de uma vasta planície aluvial por onde correm os leitos dos rios descritos, e que são inundáveis nos meses (p. 55) .

Ainda de acordo com Andrade (2014), o início do século XIX foi caracterizado por importantes acontecimentos políticos que influenciaram sobre o uso do território das pessoas ali moravam.

Em 1810, era implantada a freguesia de São Bom Jesus dos Mártires de Pouso Alegre, por alvará régio de dom João VI, príncipe regente de Portugal, sendo José Bento Leite Ferreira de Mello o seu primeiro vigário. A partir de então, o local passou a ser conhecido como Pouso Alegre.

A consolidação da paróquia, e a ampla concessão de sesmarias e posses fizeram com que durante as décadas de dez e vinte do século XIX, a freguesia prosperasse, e, contando também com a influência política de José Bento, Pouso Alegre foi elevada à condição de vila pelo “decreto de 13 de outubro de 1831”, se emancipando assim de Campanha (p.56).

Na vertente da economia no século XVIII a unidade territorial produzia para sua própria subsistência num primeiro, não exportando, mas a partir do início do séc. XIX, com o adiantamento da técnica, passaram a exportar alguns produtos para as outras províncias, são eles: o fumo, o toucinho, o gado vacum e o gado suíno (VALE, 2018). Evidentemente, que a pequena exportação desses alimentos não caracterizava o período de ruptura entre o meio técnico e o período do meio natural.

Conclui-se que a formação territorial de Pouso Alegre é reflexo de acontecimentos políticos e econômicos do Brasil. A datação desta pesquisa, que é de 1747 a 1831, consiste em demonstrar que a unidade territorial de Pouso Alegre está configurada como período do meio natural.

CONSIDERAÇÕES FINAIS



Com todas as considerações feitas sobre o processo de formação territorial de Pouso Alegre no período entre 1747 e 1831, conclui-se que os eventos econômicos e políticos do Brasil (como o processo de interiorização dos bandeirantes, a busca por jazidas de pedras preciosas, a vinda da corte portuguesa, a elevação a reino, a independência e a instauração do império) refletiram sobre a construção do território e o seu desenvolvimento populacional tanto de arraial, quanto de freguesia e vila, foi impulsionado pela migração, devido ao processo de construção local da capitania e da comarca do Rio das Mortes.

Além disso, a presente pesquisa demonstrou que a transformação territorial de Pouso Alegre é parte de um movimento cujas demandas têm origem fora de Minas Gerais e mesmo do Brasil, em que as diversificações no uso do território foi uma realidade pelo complexo processo de colonização da formação socioespacial brasileira.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Maurício de Almeida. Construindo uma geografia do passado: Rio de Janeiro, cidade portuária, século XVII. **GEOUSP**, Espaço e Tempo, São Paulo: USP, p. 13- 25, 2000.
- ANDRADE, Alexandre Carvalho de. **Pouso Alegre (MG): Expansão urbana e as dinâmicas socioespaciais em uma cidade média**. 2014. 299 f. Tese - (doutorado) - Universidade Estadual Paulista, Instituto de Geociências e Ciências Exatas, 2014. Disponível em: . Acesso em: 18 de dezembro de 2022.
- ANDRADE, Ana Eugênia Nunes de; VALE, Fernando Henrique do. **Mercado Municipal de Pouso Alegre: O cotidiano na cidade**. Campinas: Pontes Editores, 2013. 99 p.
- COSTA, Everaldo Batista da; SCARLATO, Francisco Capuano. Notas sobre a formação de uma rede urbana de um “tempo lento” no período da mineração no Brasil Colônia. **ACTA GEOGRÁFICA**, v. 3, n. 5, p. 07-21, 2009.
- CARRARA, Angelo Alves. **Minas e currais: produção rural e mercado interno em Minas Gerais, 1674-1807**. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2007.
- CARVALHO, Marília de Fatima Dutra de Ávila. **Comarca do Rio das Mortes em Minas Gerais: expansão urbana nos séculos XVIII e XIX**. Tese (doutorado em arquitetura). Universidade Federal de Belo Horizonte, Belo Horizonte, 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/MMMD-A5ANY2>. Acessado em: 12 de dez. de 2022.

CORRÊA, Roberto Lobato. O interesse do geógrafo pelo tempo. **Boletim Paulista De Geografia**, (94), 1–11, 2016. Disponível em: <https://publicacoes.agb.org.br/boletim-paulista/article/view/632>. Acesso em: maio de 2022.

DAMIANI, A. **População e Geografia**. São Paulo: Contexto, 1991.

ERTHAL, Rui. Geografia Histórica – Considerações. In: **GEOgraphia**, vol.09, p.29-39, 2003. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/geographia/article/view/13442>. Acesso em: maio de 2022.

FREJAT, Adolpho (coord.). **Enciclopédia dos municípios brasileiros**. 33. ed. Rio de Janeiro: Instituto brasileiro de Geografia e Estatística, 1959. 457 p. v. XXVI. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?id=227295&view=detalhes>

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal**. São Paulo: Global, 2006.

IBGE. **Cidades e estado**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/busca.html?Searchword=Pouso+Alegre>. Acesso em: 2 de dez. de 2022.

IHGGMG. **Senador do Império Cônego José Bento Leite Ferreira de Melo**. Disponível em: <http://tpsht://ihgmg.org.br/sme/conteudoinstitutional/menuesquerdo/SandBoxItemMenuPaginaConteudo.ew?idPaginaItemMenuConteudo=7627>. Acesso em 5 de nov. de 2022.

JUNIOR, Caio Prado. **Formação do Brasil contemporâneo**. 23°. ed. São Paulo: Brasiliense, 2004. 390 p. ISBN 978-85-11-13016-4. E

MATOS, Ralfo. (2011). A discussão do antiurbanismo no Brasil colonial. **Revista Geografias**, 7(2), 40–55. <https://doi.org/10.35699/2237-549X.13319>. Acesso em: 25 de dez. de 2022.

LEAL, Letícia. **A capitania de minas gerais no período colonial: um estudo a partir da formação socioespacial brasileira**. 2020. 100 p. Dissertação (Mestrado) - Curso de Geografia, Ciências da Natureza, Universidade Federal de Alfenas (Unifal), Alfenas, 2022.

Disponível em: [file:///C:/Users/leand/Downloads/DissertaA%CC%83%C2%A7A%CC%83%C2%A3o%20LetA%CC%83_cia%20Leal%20\(2\).pdf](file:///C:/Users/leand/Downloads/DissertaA%CC%83%C2%A7A%CC%83%C2%A3o%20LetA%CC%83_cia%20Leal%20(2).pdf). Acesso em: 17 abr. 2022.

LOURENÇO, Flávia Vieira. et al. Contribuição de imigrantes internacionais à formação territorial do Sul de Minas no final do século XIX. In: **Jornada científica da geografia**. 6.,Alfenas, 2021. Anais. Alfenas, 2021.

PAULA, Maria Helena de; ALMEIDA, Mayara Aparecida Ribeiro de. Entre arraiais, vilas, cidades, comarcas e províncias: terminologia das representações do espaço no sudeste goiano no século XIX. **Revista (Con) Textos Linguísticos**, v. 10, n. 17, p. 153-167, 2016.

PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo**. 23°. ed. São Paulo: Brasiliense, 2004. 390 p. ISBN 978-85-11-13016-4.

PORTO, G. C. S. **Evolução da rede de localidades centrais na Bahia nos séculos XIX e XX: permanências, complexidades e amadurecimento**. Tese (doutorado em Geografia). Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2014. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/IGCC9NBQ9P/1/tese_gil_carlos_silveria_porto.pdf>. Acesso em: 30 de novembro de 2021.

SANTOS, Milton. Sociedade e espaço: a formação social como teoria e como método [1977]. **Da totalidade ao lugar**. São Paulo: Edusp, 2005.

SANTOS, Milton. **Espaço e Método**. São Paulo. Livraria Nobel S.A, 1978.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do Espaço Habitado**: fundamentos teóricos e metodológicos da Geografia. Hucitec. São Paulo 1988.

SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira**. São Paulo. Hucitec, 1993.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço. Técnica e Tempo. Razão e Emoção**. São Paulo: Edusp, 2006.

SANTOS, Milton. **O Espaço do Cidadão**. São Paulo, Edusp, 2008.

SANTOS, Milton. **Por uma geografia nova**. São Paulo, Edusp, 2008.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil: Território e sociedade no início do século XXI**. 5ª. ed. Rio de Janeiro: EDITORA RECORD, 2003. 473 p. ISBN 85-01-05939-0.

SILVA, Marcelo Werner da. Geografia e o estudo do passado. Conceitos, periodizações e articulações espaço-temporais. Terra Brasilis (Nova Série). **Revista da Rede Brasileira de História da Geografia e Geografia Histórica**, n. 1, 2012.

UFSJ. **Acervos documentais da Comarca do Rio das Mortes**. Disponível em: <https://documenta.direito.ufmg.br/modules/brtchannel/index.php?pagenum=2>. Acesso em: 20 de dez. de 2022.

VALE, Fernando Henrique. **Economia de abastecimento em uma sociedade exportadora:** o município de Pouso Alegre/MG na transição para o século XX. 2018. 308 f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

VALE, Fernando Henrique do. **Catedral de Pouso Alegre: espaço de fé e sociabilidade.** Campinas: Pontes Editores, 2019. 136 p.

VASCONCELOS, Pedro de Almeida. Questões metodológicas na geografia urbana histórica. **GeoTextos**, v. 5, n. 2, 2009.